

As ocupações urbanas do MTST: grandes mobilizações em resposta à uma grande crise

O tema deste artigo se fundamenta em dois eixos principais: o primeiro procura analisar, do ponto de vista da Sociologia do Trabalho, como o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) têm atuado na incorporação de grupos precarizados de trabalhadores urbanos em suas fileiras de atuação social e política. O segundo procura analisar como os “setores de formação” do movimento atua nessa dinâmica de absorção de trabalhadores e na conseqüente formação política desses mesmos trabalhadores, que irão compor as fileiras do MTST de forma orgânica, como militantes. Por fim, é feita uma análise da dinâmica formativa do movimento, a fim de melhor compreender o caminho percorrido por trabalhadores precarizados, que se tornam atores políticos no interior de um dos maiores movimentos sociais do país. Considera-se importante resgatar trabalhos de pesquisa realizados sobre a formação política em movimentos sociais, mas dando ênfase ao protagonismo político de setores de trabalhadores precarizados no MTST.

O Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) surge no final dos anos 1990 das fileiras do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). O movimento se vê, naquele momento, na necessidade de articular um movimento específico para as questões políticas dos trabalhadores urbanos. A ocupação de terras (em muitos casos já terras urbanas) continua sendo de extrema importância para a formação política de trabalhadores precarizados recém-incorporados pelo movimento. O MTST é confrontado então com três aspectos da conjuntura neoliberal brasileira, que impõem reformulações em relação ao MST para a atuação do movimento a partir dos anos 2000. Como aponta Goulart (2011, p.3):

[...] a mudança da base social dos movimentos sociais que sofre com a intensa precarização do trabalho, com o crescimento do desemprego estrutural e não tem qualquer experiência em organizações de trabalhadores. Em segundo, a aplicação de políticas sociais regressivas pelos governos neoliberais desde os anos 1990, a piora das condições gerais de vida da classe trabalhadora, que por outro lado, se vê apartada de sua direção histórica, o PT e a CUT, que ao longo dos anos 90, aderiram ao neoliberalismo até completar este ciclo com a vitória eleitoral em 2002, que elege Lula para a Presidência da República.

O MTST cresce em número de ocupações nos anos seguintes à sua fundação e chega à nacionalização em 2009. Mas desde o final dos anos 1970, os movimentos sociais urbanos já despontavam como resposta à chamada “crise urbana”, que implicava em altas taxas de desemprego nas regiões metropolitanas, precarização do trabalho e carência de moradias (MARICATO, 2015). A conjuntura neoliberal em que o movimento foi forjado impôs novas formas de enfrentamento do movimento com o Estado e com o capital, o que fez com que o MTST assumisse uma postura nitidamente anticapitalista e radicalizada na luta por direitos da classe trabalhadora urbana no Brasil.

O MTST faz referência à sua origem em um documento, a Cartilha do Militante de 2005, onde confere ao MST um papel de coautor em sua formação e formula uma explicação para sua atuação na cidade.

O MST, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, é um movimento conhecido por todos nós por sua luta árdua por uma vida digna para quem mora no campo. É um movimento sério que sabe que a maioria do povo pobre vive na cidade e não nas áreas rurais. Com isto, percebeu a necessidade de ajudar os trabalhadores urbanos a se organizarem para lutar também por melhores condições de vida (CARTILHA DO MILITANTE, 2005).

Goulart (2011) aponta que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, o MST, passava a se preocupar, no final dos anos 1990, também com a formação política e organização dos trabalhadores “das cidades” e não apenas “nas cidades”. A partir da Marcha Nacional do MST em 1997, o movimento liberou militantes para construir um movimento análogo nas cidades, a fim de enfrentar as consequências do neoliberalismo no mundo urbano, naquele momento notadamente o desemprego, a precarização do trabalho e a falta de acesso à moradia. Foi na cidade de Campinas-SP que o MTST lançou suas bases de construção autônoma com a ocupação “Parque Oziel”, em fevereiro de 1997.

As dificuldades eram novas para os trabalhadores e trabalhadoras precarizados que participaram da ocupação e também para militantes do MST que não estavam acostumados com a complexidade das relações nas grandes cidades, como, por exemplo: “[...] o papel das forças políticas dentro da cidade, como se organizar nesse meio, como se relacionar com os partidos políticos, com o tráfico de drogas e com todas as facções

que se organizam no meio urbano” (BENOIT, 2002, p. 141). E essa complexa realidade urbana viria a se apresentar duramente para o movimento em outras ocupações pelo estado de São Paulo ainda no ano de 1997, justamente em um momento em que o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) criminalizava diversos movimentos sociais e em que o crime organizado crescia exponencialmente nas periferias urbanas.

O MTST vai aos poucos se estruturando, tendo a organização de trabalhadores precarizados como uma de suas propostas centrais, ressaltando as dificuldades da organização sindical e a importância da organização política a partir do “território” em que o setor da classe trabalhadora precarizada vive no atual contexto social, até se definir como:

[...] um movimento que organiza trabalhadores urbanos a partir do local em que vivem: os bairros periféricos. Não é nem nunca foi uma escolha dos trabalhadores morarem nas periferias; ao contrário, o modelo de cidade capitalista é que joga os mais pobres em regiões cada vez mais distantes. Mas isso criou as condições para que os trabalhadores se organizem nos territórios periféricos por uma série de reivindicações comuns. Criou identidades coletivas dos trabalhadores em torno destas reivindicações e de suas lutas. Ao mesmo tempo, a organização sindical, no espaço de trabalho, tem tido enormes dificuldades em organizar um segmento crescente de trabalhadores (desempregados, temporários, terceirizados, trabalhadores por conta própria, etc.), a partir de transformações ocorridas no próprio processo produtivo, que tornaram as relações trabalhistas mais complexas e diversificadas. (MTST, s/d).

O movimento atua politicamente em diversas questões relacionadas à classe trabalhadora nas cidades. Não se define simplesmente como mais um “movimento de moradia”, ainda que a moradia faça parte dos direitos necessários para a população mais pobre viver nas cidades. De forma geral, o setor da classe trabalhadora que se incorpora ao MTST nas ocupações vive uma realidade de precarização do trabalho, dificuldade em pagar aluguéis, desemprego, miséria ou pobreza, e faz-se necessário enfrentar e superar também esses problemas. Além disso, muitos bairros periféricos urbanos enfrentam diversas dificuldades infraestruturais, como falta de escolas, postos de saúde, transporte coletivo, segurança, áreas de cultura e lazer, coleta de lixo e esgoto e outros. O MTST atua constantemente, junto às populações locais, para enfrentar também essas demandas junto ao poder público e à sociedade de forma geral. O MTST defende uma Reforma Urbana

estrutural como forma de resolver o conjunto desses problemas e postula ideais de transformação mais ampla da sociedade:

Defendemos uma transformação profunda no modo como as cidades estão organizadas. Hoje as cidades servem para dar lucro e são gerenciadas como uma empresa pelos governantes. Há gente que ganha bilhões com a expulsão dos trabalhadores para as periferias e com a precariedade dos serviços públicos. Expulsando os mais pobres do centro, os especuladores de terra e empreiteiros veem seus condomínios de luxo, prédios de escritório e outras obras se valorizarem cada vez mais. Mantendo a saúde pública precária, ganham as empresas de planos de saúde; mantendo a educação pública precária, ganham os donos de escolas particulares; mantendo transporte público precário, ganham as grandes empresas de produção de automóveis; e assim por diante. Assim, a bandeira de uma Reforma Urbana profunda e popular torna-se uma luta fundamental contra os interesses do capital. (MTST s/d)

O MTST tem lidado nesses anos desde sua fundação com uma classe trabalhadora cada vez mais precarizada e carente de direitos sociais. Segundo Braga (2006, p.137), foi na década de 1990 que um novo regime de acumulação mais ou menos coerente conseguiu se estruturar:

Assistimos então à desestruturação da empresa fordista em benefício de um modelo de organização das relações de produção orientado pela generalização do processo de terceirização, pela compressão dos níveis hierárquicos, pelo desenvolvimento de estratégias gerenciais objetivando a mobilização permanente da força de trabalho, pela cooperação constrangida dos assalariados, pela administração por metas, assim como pela fragmentação da relação salarial.

O aumento do desemprego, atrelado a uma forte competição entre os trabalhadores, engendrou uma situação em que a “empresa neoliberal” tinha muito mais facilidade para desestruturar os grandes e antigos coletivos de trabalho. Como exemplo pode-se citar a questão das terceirizações, que logrou dispersar as concentrações de trabalhadores nas fábricas e facilitar a destruição das “antigas relações políticas”, empurrando grande parte da “nova classe trabalhadora” para o setor de serviços, carente de organizações coletivas consolidadas e fortalecidas. Além disso, outro fator merece destaque na reconfiguração e na construção de novos espaços de trabalho nos anos 1990:

“[...] uma concepção reestruturada do espaço e com fartura de equipamentos informacionais, permitiu uma profunda transformação da organização do trabalho à qual nem todos os integrantes da “velha classe trabalhadora” puderam adaptar-se” (BRAGA, 2006, p. 138).

Maricato (2015) aponta que a exploração da força de trabalho nas cidades tem se dado em um contexto no qual a estrutura mesma das cidades “dificultam”, paradoxalmente para o capital, a reprodução da força de trabalho. Um trabalhador que demora para se deslocar ao local de trabalho, devido às grandes distâncias e à precariedade dos meios de transporte, gasta grande parte de seu “tempo livre” com afazeres como compras para a casa, cuidados com a saúde, vivência familiar etc. e dorme cada vez menos, tende a não permanecer muito tempo em uma mesma empresa, o que aumenta a rotatividade do trabalho de forma geral e a dificuldade para se aposentar, visto que grande parte da classe trabalhadora urbana passa também um tempo considerável de seu tempo de trabalho na informalidade, sem contribuir para a previdência social. Para resolver esse “paradoxo” o capital, atrelado a um processo crescente de urbanização, estimula o crescimento populacional da classe trabalhadora precarizada, desde os anos 1960, a fim de aumentar o “exército industrial de reserva” e manter um controle maior sobre a força de trabalho (Idem).

Para Antunes (2011), a recente crise estrutural do capital, que eclodiu em 2008 nas economias centrais, fez ampliar significativamente a precarização do trabalho e corroeu ainda mais o trabalho contratado e regulamentado, gerando novas formas de precarização e informalidade. O autor destaca que em pleno século XXI, tanto na cidade como no campo, a despeito de avanços tecnológicos, as jornadas de trabalho vêm crescendo de forma notória:

Estas modalidades de trabalho — configurando as mais distintas e diferenciadas formas de precarização do trabalho e de expansão da informalidade — vêm ampliando as formas geradoras do valor, ainda que sob a aparência do não valor, utilizando-se de novos e velhos mecanismos de intensificação (quando não de auto exploração do trabalho). Seria necessário recordar que, em pleno século XXI, há jornadas de trabalho, em São Paulo, que chegam a dezessete horas diárias, na indústria de confecção[...]. Ou a profusão de exemplos de trabalho no agronegócio do açúcar, onde cortar mais de dez toneladas de cana por dia é a média em São Paulo, sendo que no Nordeste do país

esse número pode chegar até dezoito toneladas diárias. (ANTUNES, 2011, p. 407).

Nos últimos anos, pode-se considerar que há uma precarização estrutural do trabalho (ANTUNES, 2010; CARVALHO, 2014). Nesse contexto, o fluxo global de capitais exige o desmonte das legislações trabalhistas nacionais, o que significa o aumento dos mecanismos de exploração do trabalho e a destruição de direitos sociais que foram conquistados desde a Revolução Industrial nas economias centrais e desde a década de 1930 no Brasil (Idem).

No que toca aos direitos sociais, o retrocesso é cada vez maior nos dias atuais. Antunes (2017) aponta que as reformas em curso no Brasil são um cenário de “devastação” nos direitos conquistados a duras penas: “Este pacote da reforma trabalhista, por exemplo, junto com a proposta de destinação da previdência, acaba mostrando que o governo [...] se agarra no colo das classes dominantes para fazer tudo o que essas classes não estavam conseguindo fazer na intensidade que queriam.” (ANTUNES, 2017).

O MTST lida, assim, em um contexto extremamente difícil para a organização e formação política da classe trabalhadora urbana. Mas, dialeticamente, esse mesmo contexto cria novas possibilidades para a absorção e formação de novos militantes do movimento. O movimento tem uma organização interna que explicita a sua preocupação com a formação de trabalhadores precarizados. Como aponta Goulart (2011, p.69):

Como acontece essa mudança na forma de ver o mundo, as desigualdades sociais e a luta por condições de vida melhores? Não é a miséria, exclusivamente, que conduz a essa alteração; é essencial o investimento em uma identidade coletiva para essa transformação ocorrer. Já afirmamos que não há sem-teto sem a identificação de um conjunto de elementos comuns e sem a vivência de um projeto coletivo de transformação das condições materiais de vida. O MTST, como movimento que organiza essa categoria de “sem-teto”, formulou um conjunto de declarações sobre suas propostas e sua ação, que chamamos de projeto político, e que deve ser considerado de maneira histórica, pois foi decorrência da organização e das relações políticas estabelecidas pelo movimento ao longo de sua história. Não é, portanto, um movimento que surge de um projeto pré-concebido, mas concebe o projeto no desenrolar das ações, com seus avanços e recuos.

O MTST tem uma reflexão sobre a base social de trabalhadores que compõe o movimento e, a partir dessa reflexão, estrutura momentos formativos nas ocupações, à semelhança do MST. O próprio movimento define em seu site a análise que faz do setor da classe trabalhadora junto ao qual atua: “[...] o capital dividiu os trabalhadores devido à diversificação das formas de trabalho: relação assalariada e trabalho por conta própria; formalidade e informalidade; contratos temporários; terceirização; desemprego crônico, etc.” (MTST s/d). E também faz uma projeção de suas ações políticas, classificando-se como um “[...] movimento popular, que tem como elemento central a classe trabalhadora, e que expressa sua luta por direitos negados pelo capital e pelo Estado, tais como terra, moradia, serviços básicos etc. ou por resistência às opressões sofridas enquanto classe” (MTST s/d).

A partir dessa reflexão o MTST projeta sua organização interna e também seus objetivos de organização política. Com a diminuição da base de influência dos sindicatos, que atuam unicamente entre os trabalhadores em sua base profissional, grande parte da classe trabalhadora precarizada é fragmentada e não dispõe de elementos coletivos de organização (BRAGA, 2006). Grande parte desses trabalhadores são atraídos por ações assistencialistas conservadoras de governos e ONGs ou acabam se inserindo em organizações criminosas, abdicando de uma inserção política efetiva, ainda que continuem sendo um “ator social” extremamente importante na atual configuração da classe trabalhadora urbana. Goulart (2011) destaca que a fragmentação desse setor de trabalhadores gera uma formação política descontinuada e dificulta a formação de uma base social consistente e organizada no MTST. É um problema que o movimento tem que lidar a todo o tempo.

O MTST, assim, desenvolve formas diversas de formação política. A ocupação de terras, assim como ocorre com o MST tem para o movimento um caráter pedagógico e formativo por excelência. É o primeiro momento de aprendizado e formação na própria ação política direta:

Nossa forma de ação mais importante são as ocupações de terras urbanas. Com elas pressionamos diretamente os proprietários e o Estado, denunciando o problema social da moradia e construimos um processo de organização autônoma dos trabalhadores. As ocupações são sempre acompanhadas de uma pressão focada nos órgãos do Estado, com marchas e ocupações de prédios públicos [...] entendemos também que as ocupações de terrenos nas periferias devem ser potencializadas

como uma porta para o trabalho comunitário nos bairros próximos. Não podem ser uma ilha de lutadores; mas devem avançar para uma integração com as demandas dos trabalhadores que não participam diretamente dos acampamentos, ampliando nossa referência. (MTST, s/d)

Mas é inegável o potencial do movimento em organizar e formar politicamente trabalhadores precarizados nos últimos anos. A Cartilha do Militante (2005, p.3) destaca pontos importantes para a formação de uma “identidade coletiva no MTST:

Nossos objetivos estratégicos são a conquista da moradia, a reforma urbana e a transformação social pela via da construção de uma identidade coletiva. A única “saída” a ser considerada é a superação desse estado de coisas, através da formação de militantes qualificados para a ação responsável e da construção de uma identidade coletiva que faça com que o povo explorado perceba que nós somos o time dos oprimidos e que o único time com quem nós devemos brigar e competir é com o time dos opressores.

No Relatório da Reunião Nacional do MTST de 2009, o capitalismo é definido como um sistema de “natureza contraditória e opressora que impede o acesso da maioria da população ao poder e às riquezas sociais” (2009, p.13). Já a possível superação do capitalismo, da qual o movimento se reivindica como agente participante, através, dentre outras coisas, da formação política, é definida como:

A construção de uma base socialista com organização de uma ampla base social visando ao desenvolvimento de identidades coletivas no interior da massa fragmentada de trabalhadores e trabalhadoras e ao fortalecimento, através das lutas e da formação política, de uma consciência coletiva dos problemas sociais, que possibilite um direcionamento superador às próprias lutas pela qualificação da base social. Ambos os desafios nos remetem à construção do poder popular. (MTST, 2009, p. 8).

Em sua organização interna, o MTST, assim como o MST, também conta com um “setor de formação”, que define suas linhas de atuação da seguinte maneira:

Quanto aos setores, atualmente temos os seguintes: Formação Política – responsável pela formação dos militantes. [...] O povo é nosso combustível, é quem faz o Movimento ir adiante. O papel de organizar

os trabalhadores que fazem parte do MTST é dos Coletivos territoriais (coordenação de grupos, núcleos e regionais). Mas, além do combustível, precisamos do motor, a engrenagem que faz a organização do Movimento avançar. Este é o papel dos Coletivos organizativos, que são os setores. Quando os setores funcionam bem, o MTST se organiza melhor. A formação dos militantes, a sustentação financeira da organização, nossas negociações, tudo isso depende de um bom funcionamento dos setores para dar certo. Temos experiências muito diversificadas de ocupações nos estados em que atuamos, que expressam as especificidades de cada região. Mas existem algumas metas que precisam ser comuns a todos nossos acampamentos, como a formação de novos militantes – as ocupações são o momento em que o MTST amplia e qualifica sua militância, apostando na formação de coordenações de acampamento, eleitas pela base, que, ao assumir as tarefas organizativas e políticas da ocupação, se integram ao MTST. (MTST s/d)

O MTST não conta com uma estrutura tal qual o MST, que por exemplo tem a Escola Nacional Florestan Fernandes como principal centro de formação. Também não tem ainda uma rede de relações com outros movimentos sociais, universidades, partidos políticos de esquerda, frentes amplas de mobilização que lhe permitam oferecer cursos de formação política estruturados como os do MTST. Mas, desde suas origens, o movimento reserva lugar especial para a formação de seus militantes e realiza essa formação, progressivamente, em suas ocupações. Tem sido cada vez mais comum o MTST fazer parcerias com grupos locais de educação popular e de teatro, a fim de que participem da formação política de seus militantes a partir de seus territórios (GOUALRT, 2011)

Por isso, foi objetivo dessa pesquisa analisar como o MTST estrutura e oferece momentos de formação política, em suas ocupações, para setores precarizados da classe trabalhadora recém incorporados ao movimento. A partir da análise dos setores que são incorporados pelo movimento e pela estrutura e dinâmica da formação política oferecida pelo MTST a esses setores, procurou-se traçar um panorama atual de setores da classe trabalhadora precarizada, que são incorporados por um dos maiores movimentos sociais do país, passam por um processo de formação política e se tornam militantes políticos orgânicos do movimento.

A pesquisa consistiu em fazer um levantamento bibliográfico de textos que já analisaram a formação política no interior do MTST, como Goulart (2011) e a Cartilha do Militante, produzida pelo próprio movimento (2005). Neste ponto em especial, considera-se que poucas pesquisas sociológicas trataram da formação política no MTST.

Esta pesquisa teve a intenção de avançar na supressão dessa lacuna a partir de trabalho de campo, que destacamos aqui a partir da Ocupação Povo Sem Medo de São Bernardo do Campo, iniciada no ano de 2017.

A primeira hipótese da pesquisa foi que tanto o MTST tem valorizado a formação política como elemento fundamental para a incorporação de trabalhadores precarizados, que se tornarão militantes políticos. Dificilmente, trabalhadores precarizados que se inserem organicamente no movimento, não passam pelos processos de formação política propostos. O MTST considera a formação política como algo essencial para que um trabalhador recém-incorporado às suas fileiras se torne um militante de forma orgânica. Isso porque o histórico desses “novos militantes” vem de um contexto onde os sindicatos não conseguem mais atuar como elementos de formação política. O trabalhador recém-incorporado, na maioria das vezes, teve pouca inserção na luta política, o que torna a formação ainda mais necessária (GOULART, 2011).

A segunda hipótese da pesquisa foi que os cursos e atividades de formação política do MTST têm tratado, cada vez mais, de aspectos centrais da atual crise estrutural do capital, como a precarização do trabalho, o desemprego, a perda de direitos sociais e a devastação ambiental. Identificar esses aspectos passou por traçar um panorama dos trabalhadores recém-incorporados, analisar as características dos momentos formativos e identificar seus possíveis sucessos e fracassos.

A metodologia da pesquisa consistiu, em um primeiro momento, em levantamento bibliográfico que serviu de referência e auxiliou nos temas apontados anteriormente. Os temas em questão foram ampliados e consolidados teoricamente para a organização do presente artigo. O levantamento bibliográfico foi então sistematizado e serviu de base para a redação do presente texto, que teve como principais referências teóricas o marxismo e a Sociologia Pública. Do ponto de vista metodológico, as principais referências para a organização e sistematização do artigo foram Burawoy (2014), Löwy (1985) e Braga (2015).

Na pesquisa de campo na Ocupação Povo Sem Medo de São Bernardo do Campo foram realizadas entrevistas semiestruturadas, que foram gravadas e transcritas, com os trabalhadores que frequentam as atividades e os cursos na ocupação do MTST, conforme Demo (1987), a fim de traçar um perfil desses trabalhadores quanto às suas trajetórias ocupacionais e quanto ao seu interesse em compor o movimento como militantes

políticos. Metodologicamente, se usou como base, para construir um perfil das trajetórias ocupacionais desses trabalhadores, as investigações nos “estudos de caso” do trabalho de Braga (2015).

A pesquisa continua em andamento e também se baseará, em um segundo momento, na análise do conteúdo das atividades e na dinâmica dos momentos formativos na ocupação do MTST, a fim de compreender o projeto político que é forjado nesses espaços de formação. O procedimento consistirá em levantar e sistematizar os referidos materiais de pesquisa e, conseqüentemente, interpretar seu conteúdo, a partir das hipóteses levantadas. Posteriormente será feita a comparação entre as perspectivas e práticas de formação do MTST a partir de análise sociológica conforme Burawoy (2014) e Löwy (1985).

A ocupação Povo Sem Medo de São Bernardo teve início em setembro de 2017, com cerca de quinhentas pessoas, que ocuparam um terreno de sessenta mil metros quadrados, que estava vazio há cerca de quarenta anos, de propriedade da empresa MZM construtora. Em poucas semanas a ocupação já contava com oito mil famílias, que é o máximo que sua capacidade suporta. Desde a primeira semana o MTST realiza uma assembleia semanal aos domingos onde todas as famílias participam, além de reuniões menores durante a semana.

Desde o início da ocupação o MTST tem se preocupado com os espaços de formação política. No mês de outubro se iniciaram aulas públicas com apoiadores do movimento, como o padre católico frei Betto, o cantor seu Jorge, o artista Wagner Moura e a apresentadora Mônica Iozzi. No mês de novembro, o escritor Ferréz inaugurou uma biblioteca na ocupação, doando centenas de livros, e se tornou um espaço, por excelência, para as atividades de formação política. No mês de dezembro foi lançado a plataforma política “ABC Sem Medo”, inserida na dinâmica da Frente do Povo Sem Medo, junção de movimentos sociais que procura se unir em ações políticas e na construção de um programa político transformador para o país.

No mês de outubro, foi marcado um show de Caetano Veloso na ocupação, que foi proibido pela justiça local, com a anuência do prefeito de São Bernardo do Campo, Orlando Morando, do PSDB. A proibição gerou efeito contrário ao desejado pelas autoridades. A ocupação ganhou projeção nacional e um novo show do artista baiano foi

marcado para dezembro, unindo-se às comemorações dos vinte anos do MTST, realizado no largo da Batata em São Paulo.

No mês de janeiro de 2018, o MTST iniciou as atividades formativas com uma roda de conversa LGBTT. Os atos pelas ruas de São Bernardo continuaram como forma de seguir pressionando o poder público para a resolução da questão habitacional da ocupação, e também se unindo a outras demandas locais, como em um ato na Câmara de vereadores da cidade que cobrou o reinício das aulas no município. No dia 26 de janeiro de 2018 a ex-presidenta Dilma Roussef conduziu uma atividade formativa na ocupação. No início de fevereiro todos os livros da biblioteca foram catalogados e realizou-se um sarau de poesia. Novas atividades foram realizadas em março sobre reforma agrária, reforma tributária e, em especial, sobre a luta das mulheres. Em 18 de março, o coordenador do movimento, Guilherme Boulos, anunciou em assembleia que a Ocupação Sem Medo era vitoriosa, já que quatro terrenos na região do ABC foram designados pelo governo do estado para a construção de moradias populares. O déficit habitacional é um problema estrutural da dinâmica capitalista moderna e continua crescendo exponencialmente nas regiões metropolitanas (MARICATO, 2015). O MTST continua atuando nas lutas por moradia e pela transformação da sociedade, também através da educação de cunho libertador.

Referências

ANTUNES, R. “A crise, o desemprego e alguns desafios atuais”, *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 104, p. 632-636, out. /dez. 2010.

_____. “Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho?”, *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 107, p. 405-419, jul./set. 2011.

_____, Entrevista *Correio da Cidadania*, disponível em <http://www.correiocidadania.com.br/>, acesso em 23/06/2017.

BRAGA, R. “Uma sociologia da condição proletária”, *Tempo Social*, revista de

sociologia da USP, v. 18, n. 1, p133-152, 2006.

_____. **A Pulsão Plebeia**, São Paulo: Alameda Editorial, 2006.

BURAWOY, M. **Marxismo Sociológico**, Rio de Janeiro, Alameda Editorial, 2014.

CARVALHO, A. “A precarização estrutural do trabalho na civilização do capital em crise: o precariado como enigma contemporâneo”, R. Pol. Públ., São Luís, Número Especial, p. 225-239, 2014.

CARTILHA DO MILITANTE DO MTST (2005), disponível em ww.mtst.org.br, acesso em 22/05/2017.

DEMO, **Metodologia científica em Ciências Sociais**, São Paulo: Editora Atlas, 1987.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: GOULART, D. O anticapitalismo do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), Tese (doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2011.

LÖWY, M. **Marxismo e teologia da libertação**, São Paulo: Cortez Editora, 1991.

_____, **Ideologias e Ciência Social: elementos para uma análise marxista**, São Paulo: Cortez Editora, 1985.

_____, **Ecologia e socialismo**, São Paulo: Cortez Editora, 2005.

MARICATO, E. Para entender a crise urbana, São Paulo: Expressão Popular, 2015.
, São Paulo: Paz e Terra, 1997.

_____. **Pedagogia do Oprimido**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

MÉSZAROS, I. **Para além do capital**, São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

_____. **O desafio e o fardo do tempo histórico**, São Paulo: Boitempo Editorial,

2007

PINASSI, M. **Da miséria ideológica à crise do capital**, São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

SILVA, G. “A Natureza Educativa das Ocupações de Luta Pela Terra no Brasil”, *Revista Libertas eletrônica*, Pesquisado em 20/05/2017, Disponível em www.ufjf.br/revistalibertas/